



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER

SENADO FEDERAL

7 MAR 09 15 2012

DIRETORIA GERAL ADJUNTA INTERLEGIS
PROTOCOLO ADMINISTRATIVO



Brasília, 06 de março de 2012.

SENADO 005714/12-5



1005714125

Ao SEPROT:

Solicito de Vossa Senhoria a adoção das providências necessárias para autuar o documento anexo em processo e devolver a esta SCCO/ Interlegis/SF.

EMENTA: Formalização do convênio de participação da Câmara Municipal de ITAPECURU MIRIM - MA no Projeto de Modernização Legislativa - PML.

Atenciosamente,


NOEMIA GOMES DOS SANTOS
Chefe do Serviço de Contratos e Convênios

Ilmo. Senhor
JORGE BATISTA NUNES
Chefe do SEPROT
Senado Federal

SEPROT/DOERAD
AUTUADO COM 15 FLS
ASS. BLM
Matrícula _____



**CONVÊNIO DE PARTICIPAÇÃO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPECURU
MIRIM - MA NO PROGRAMA INTERLEGIS
/ PROJETO DE MODERNIZAÇÃO
LEGISLATIVA - PML.**

**CONVÊNIO: MA Nº 161 / INTERLEGIS / PROJETO DE MODERNIZAÇÃO
LEGISLATIVA - PML**

O SENADO FEDERAL, com sede no Palácio do Congresso Nacional – Praça dos Três Poderes, em Brasília – DF, CEP 70.165-900, atuando como ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA INTERLEGIS, doravante denominado ÓRGÃO EXECUTOR, à vista da sucessão promovida, e em conformidade com os termos do Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, celebrado entre a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID, em 11 de dezembro de 2007, para implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, da Secretaria Especial do Interlegis – SINTER, Ato da Comissão Diretora nº 08, de 2005, neste ato representado pelo Diretor Nacional do PROGRAMA INTERLEGIS, Senador CÍCERO LUCENA, e a CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM - MA, doravante denominada CASA LEGISLATIVA, com sede na Rua Mariana Luz, s/nº – Bairro: Centro – ITAPECURU MIRIM - MA – CEP: 65.485-000, CNPJ: 06.659.114/0001-24, representada por sua Presidente, Vereadora **SEBASTIANA COSTA CARDOSO**, resolvem celebrar o presente Convênio, regendo-se pela Lei nº 8.666/93 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto estabelecer e regular a participação da CASA LEGISLATIVA na implementação do PROGRAMA INTERLEGIS / Projeto de Modernização Legislativa - PML, para estímulo à promoção das funções constitucionais do Poder Legislativo, com execução por esforço e interesse comuns dos convenentes, em conformidade com os termos do Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR – Interlegis.



§ 1º São finalidades deste Termo:

- I- promover a operacionalização da COMUNIDADE VIRTUAL DO PODER LEGISLATIVO;
- II- promover o intercâmbio, a permuta e a cessão de técnicas, conhecimentos, programas e, eventualmente, de equipamentos entre os convenentes, aumentando a eficiência e competência das Casas Legislativas;
- III- estimular a produção, captação e disseminação de informação de interesse dos legisladores brasileiros, de forma a democratizar o acesso às informações necessárias ao desempenho de suas funções;
- IV- estimular e promover a participação cidadã nos processos legislativos;
- V- promover a consolidação e a validação dos modelos de integração e modernização desenvolvidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS / Projeto de Modernização Legislativa - PML.

§ 2º É parte integrante deste Convênio as normas e regulamentação do PROGRAMA INTERLEGIS estabelecidas pelo Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, bem como as respectivas modificações que vierem a ser promovidas, observado o disposto na Cláusula das Disposições Especiais do mencionado Contrato de Empréstimo.

§ 3º Poderão ser elaborados e desenvolvidos pelos convenentes, em conjunto, planos e projetos específicos vinculados ao objeto do PROGRAMA INTERLEGIS/ Projeto de Modernização Legislativa - PML, com formalização prévia em Termos Aditivos a este Convênio.

§ 4º Toda ação ou atividade, e equipamento se houver, necessário à implementação do objeto deste Termo, que não estiver descrito nos ANEXOS correspondentes, dedicados às especificações e detalhes, serão formalizados por meio de Termo Aditivo a este Convênio, observada a natureza do objeto estabelecido na Cláusula Primeira.



CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO EXECUTOR DO PROGRAMA

São atribuições do ÓRGÃO EXECUTOR:

- I- disponibilizar à CASA LEGISLATIVA, de acordo com a necessidade e viabilidade técnica, os bens destinados à utilização no PROGRAMA INTERLEGIS, observando a CLÁUSULA QUARTA e os ANEXOS deste Convênio;
- II- desenvolver e implementar ações conjuntas de interesse comum da CASA LEGISLATIVA e do PROGRAMA INTERLEGIS, voltadas para a modernização, com melhoria da comunicação e do fluxo de informação entre os legisladores;
- III- tratar das obrigações previstas no Contrato de Empréstimo n.º 1864/OC-BR, a partir de informações fornecidas pela CASA LEGISLATIVA;
- IV- manter atualizados os sistemas em meio eletrônico disponibilizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PMI., propiciando melhoria no trato com o processo de modernização para a Casa Legislativa;
- V- viabilizar os meios técnicos, entendidos como modelos de integração, capacitação e modernização nas áreas de informática e comunicação, para que a CASA LEGISLATIVA possa tornar disponíveis, informações vinculadas ao seu processo legislativo, à sua prestação de contas e outras informações de interesse do cidadão;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CASA LEGISLATIVA

São atribuições da CASA LEGISLATIVA:

- I- disseminar e divulgar, no âmbito da sua estrutura organizacional, a existência do presente Convênio e em especial o que estabelece a Cláusula Primeira e respectivos Parágrafos;
- II- providenciar a instalação e manutenção dos sistemas e aplicativos descritos nos anexos, e o pessoal necessário à sua operação;



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER

- III- informar a todos os usuários credenciados sobre as normas de utilização estabelecidas para o uso dos sistemas e aplicativos, do conteúdo de informações e mensagens enviadas e recebidas pelos meios disponibilizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS;
- IV- disponibilizar e manter a infra-estrutura para instalação de equipamentos eventualmente disponibilizados pelo ÓRGÃO EXECUTOR, nos termos da CLÁUSULA QUARTA, e zelar pela guarda, administração, correta utilização e manutenção das condições de garantia desses bens, conforme detalhamentos definidos em ANEXO específico;
- V- indicar SERVIDOR RESPONSÁVEL para as verificações de execução das cláusulas celebradas neste Termo;
- VI- informar a todos os usuários credenciados sobre o cumprimento das normas e procedimentos definidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, e respectiva legislação específica, divulgando-os;
- VII- garantir os meios necessários à utilização dos programas e ferramentas disponibilizadas pelo PROGRAMA INTERLEGIS, para execução do Projeto de Modernização Legislativa - PML;
- VIII- promover a inclusão, a exclusão e a atualização das informações do cadastro de usuários e direitos de acesso aos serviços oferecidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS;
- IX- impedir a instalação e o uso indevido de programas, que não disponham de autorização contratual ou legal, nos equipamentos eventualmente fornecidos pelo ÓRGÃO EXECUTOR para a implementação do PROGRAMA INTERLEGIS.
- X- incentivar o uso dos sistemas e aplicativos para o desenvolvimento dos processos da CASA LEGISLATIVA, assim como tornar disponível, quando for o caso, suas soluções para utilização por outros membros da Comunidade.



CLÁUSULA QUARTA - DOS BENS COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DA CASA LEGISLATIVA

Os sistemas e aplicativos, bem como os equipamentos eventualmente disponibilizados para a Casa Legislativa, têm respaldo nas normas do PROGRAMA INTERLEGIS, com o escopo de implementar o objeto deste Convênio, estando relacionados e descritos nos ANEXOS.

§ 1º Os bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS estão destinados para o uso único e exclusivo na Sede da Casa Legislativa.

§ 2º As destinações finais dos bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS, e recebidos pela Casa Legislativa, estão diretamente vinculados ao cumprimento das obrigações celebradas neste Termo, com a finalidade de atender as atividades de implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML.

§ 3º Todos os bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS, e disponibilizados para a implementação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, serão considerados remanescentes, e poderão ser destinados à incorporação patrimonial da Casa Legislativa.

§ 4º Para a possível efetivação do que expressa o Parágrafo Terceiro, a Casa Legislativa, após observância de todos os compromissos dispostos neste Termo, emitirá compromisso que assegura a continuidade do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, como condição prévia à definição da doação a ser efetivada pela Comissão Diretora do Senado Federal.

§ 5º A responsabilidade por despesas ocasionadas pelos serviços de ligação da internet e correlatos por inferência ficam a cargo da CASA LEGISLATIVA, inclusive, a partir do término do período de garantia de origem dos bens eventualmente relacionados e descritos nos ANEXOS.

§ 6º A CASA LEGISLATIVA deverá designar e comunicar formalmente ao ÓRGÃO EXECUTOR o servidor responsável pelo recebimento e administração de bens eventualmente relacionados e descritos



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER

nos ANEXOS, a serem instalados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML - com verificação do Manual de Recebimento e Instalação - ANEXO.

§ 7º O recebimento dos referidos bens, quando houver, será formalizado mediante assinatura de Termo de Aceite e Responsabilidade - ANEXO, por representante da CASA LEGISLATIVA no ato da instalação.

§ 8º São de exclusiva responsabilidade da CASA LEGISLATIVA os danos que vierem a ocorrer por imperícia ou imprudência do pessoal designado para utilização dos programas, acervo de dados e equipamentos, eventualmente disponibilizados, inclusive aqueles decorrentes de procedimentos que impliquem a perda da garantia dos mesmos.

§ 9º Durante o período de garantia de origem dos equipamentos eventualmente disponibilizados, as manutenções assim previstas deverão ser realizadas única e exclusivamente pela empresa fornecedora/credenciada conforme contrato de origem.

§ 10 A manutenção corretiva, quando necessária, será solicitada pela CASA LEGISLATIVA, conforme normas e procedimentos definidos pelo PROGRAMA INTERLEGIS/ Programa de Modernização do Legislativo - PML.

§ 11 Após o período de garantia de origem dos equipamentos eventualmente disponibilizados, a manutenção do seu funcionamento fica sob a responsabilidade da CASA LEGISLATIVA, para garantir a continuidade do previsto na Cláusula Primeira.

§ 12 Em caso de roubo, furto, substituição indevida ou sinistro de algum equipamento ou componente, a CASA LEGISLATIVA compromete-se a instalar outro com características e configuração iguais ou superiores ao original, além de adotar as medidas administrativas e legais cabíveis, inclusive enviando relatório e comprovações dos fatos ocorridos e das providências realizadas.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER



CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Não há previsão de transferência de recursos financeiros entre os Convenientes.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura, com prazo de vigência coincidente com a duração do PROGRAMA INTERLEGIS.

Parágrafo Único. Havendo prorrogação de vigência do PROGRAMA INTERLEGIS, haverá celebração de Termo Aditivo ou novo Termo de Convênio, conforme os respectivos atos que originarem a mencionada definição de vigência, com o objetivo de não interromper a implementação integral do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

A rescisão do presente Convênio poderá se dar:

- I- amigavelmente, por iniciativa de qualquer dos convenientes, mediante notificação escrita enviada com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência;
- II- pelo não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Convênio, em especial quanto à finalidade e utilização dos programas e equipamentos eventualmente disponibilizados, ou pela inobservância das prescrições legais, mediante notificação de um dos convenientes, assegurado ao outro o direito de ampla defesa;
- III- judicialmente, nos termos da legislação específica para o fato gerador.

§ 1º Em quaisquer das hipóteses de rescisão do Convênio ou em caso de não prorrogação, os equipamentos eventualmente disponibilizados, programas e investimentos fornecidos e realizados pelo PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML devem ser devolvidos pela CASA LEGISLATIVA, no prazo de 30 (trinta) dias.



CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

São de inteira responsabilidade da CASA LEGISLATIVA:

- I- a manutenção de situação regular que permita a implantação do PROGRAMA INTERLEGIS/Projeto de Modernização Legislativa - PML, na forma estabelecida;
- II- as conseqüências legais advindas da instalação ou uso de programas de informática que não disponham de autorização legal ou contratual;
- III- as informações, o conteúdo das páginas internet e mensagens eletrônicas provenientes dos equipamentos eventualmente instalados na CASA LEGISLATIVA.

§ 1º O nome da Secretaria Especial do PROGRAMA INTERLEGIS – SINTER, não poderão ser vinculados a qualquer outro fato ou ato distinto do objeto deste Convênio.

§ 2º Os casos omissos deste Convênio serão solucionados mediante entendimento entre os convenientes e as adequações necessárias, formalizadas em Termos Aditivos.

§ 3º É parte integrante deste Convênio, independentemente de transcrição, o Plano Diretor/Plano de Trabalho decorrentes do relatório de DIAGNÓSTICO previamente realizado pelo ÓRGÃO EXECUTOR.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Convênio será publicado pelo ÓRGÃO EXECUTOR, em forma resumida, no Diário Oficial da União.



CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica estabelecido o foro da Justiça Federal em Brasília para dirimir qualquer questão porventura suscitada em decorrência deste Convênio.

E, por estarem de acordo, os convenientes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só fim, juntamente com as testemunhas.

Brasília, 19 de Agosto de 2011.

Senador CÍCERO LUCENA
Diretor Nacional do
PROGRAMA INTERLEGIS

Vereadora SEBASTIANA COSTA CARDOSO
Presidente da Câmara Municipal
ITAPECURU MIRIM - MA

HAROLDO FEITOSA TAJRA
Diretor da Secretaria Especial do
Interlegis - SINTER

Representante da CASA LEGISLATIVA
Câmara Municipal ITAPECURU MIRIM - MA
1º Secretário

Testemunhas:

X JOSÉ DE ARIMUTEA COSTA JUNIOR
mãria do sobrenome Everton Cardoso.
José Lopes Everton

Relação de Anexos:

- I - Plano Diretor/Plano de Trabalho
- II - Relação e descrição de Programas/Aplicativos



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER





ANEXO I
Plano de Trabalho
Câmara Municipal de ITAPECURU MIRIM - MA

1. Introdução

O presente Plano de Trabalho é resultado da visita técnica situacional realizada na sede da Câmara Municipal de ITAPECURU MIRIM - MA .

Este plano constitui parte integrante e indissociável do convênio realizado entre a Câmara Municipal de ITAPECURU MIRIM - MA e a Secretaria Especial do Programa Interlegis do Senado Federal – SINTER.

2. O Projeto de Modernização Legislativa

A Câmara Municipal de ITAPECURU MIRIM - MA, doravante denominada CM, faz parte do Projeto de Modernização Legislativa (PML) de responsabilidade do Interlegis. O PML prevê o desencadeamento de ações voltadas para as áreas de gestão, tecnologia, informação, comunicação e capacitação em 700 câmaras municipais selecionadas conforme critérios definidos para este desiderato no contrato mantido entre o Senado Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Diante da dificuldade da definição de “moderno” ou “padrão” para uma CM legislativa municipal, valeu-se o Interlegis de um modelo de maturidade que prevê quatro estágios de desenvolvimento, denominados níveis de maturidade: nível I – Infra-estrutura implantada, nível II – E-legislativo implantado, nível III – E – legislativo integrado e nível IV – Gestão do conhecimento planejado.

O objetivo do PML é desencadear ações que conduzam as câmaras municipais participantes a atingir progressivamente estes níveis.

3. Objetivo do Plano de Trabalho

Implantar processo de modernização tecnológica, abrangente em termos organizacionais, por intermédio do aporte de sistemas informatizados fornecidos pelo Programa Interlegis, de um programa de capacitação e de consultoria nas áreas de Gestão, de Métodos e Processos, de forma a se alcançar o nível I do Modelo de Maturidade – Infra-estrutura Implantada, que significa a certificação de uma infra-estrutura que possibilitará o desenvolvimento e execução de forma eficiente, eficaz e efetiva das funções legislativas.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER

4. Compromissos

Para a consecução dos objetivos propostos o Programa Interlegis e a Câmara Municipal de ITAPECURU MIRIM - MA assumem os seguintes compromissos:

4.1 Programa Interlegis

- Fornecer consultoria nas áreas de equipamentos, sistemas e redes tecnológicas;
- Prestar suporte para a atualização da rede local e servidores;
- Fornecer treinamento operacional para os parlamentares e funcionários que utilizarão os novos sistemas;
- Oferecer aos parlamentares e funcionários da Câmara Municipal, cursos a distância e presenciais, de acordo com as necessidades detectadas e possibilidades operacionais da SINTER;
- Prestar suporte técnico na revisão e atualização do Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município;
- Prestar suporte técnico na elaboração de Plano de Comunicação;
- Prestar suporte técnico na organização da Biblioteca Legislativa;
- Prestar suporte técnico na organização do arquivo da Casa Legislativa;
- Oferecer, dentro do período do convênio, proposta anual de atualização deste Plano de Trabalho para negociação e aprovação da CM.

4.2 Câmara Municipal de ITAPECURU MIRIM - MA

- Fazer a indicação formal, com garantia de informação imediata quando de eventual substituição, dos interlocutores técnicos da Câmara Municipal em cada um dos projetos e ações do Programa Interlegis elencados no item 4.1;
- Fazer a adequação do corpo funcional da Câmara à nova realidade tecnológica;
- Fazer a digitalização de toda a documentação referente à produção legislativa;
- Fornecer garantia de sustentabilidade do projeto, durante a sua execução;
- Fornecer ao Interlegis, quando solicitado, toda e qualquer informação relacionada ao desenvolvimento do projeto;
- Garantir a inscrição dos funcionários da CM em pelo menos dois cursos oferecidos pelo Interlegis a cada ano;
- Garantir aos funcionários da CM condições adequadas para a realização dos cursos a que se refere o item anterior;



- Aprovar, após negociação com a equipe da SINTER, dentro do período do convênio, proposta anual de atualização deste plano de trabalho.



5. Prazo de Execução

O período inicial estimado para a implantação e execução deste Plano de Trabalho é de 12 meses, renováveis automaticamente no período de vigência deste convênio.

Ao final de cada período de 12 meses uma equipe do Interlegis realizará procedimento de avaliação dos resultados alcançados. Em função destes resultados a CM de ITAPECURU MIRIM - MA poderá ser certificada no Nível I do modelo de modernização, bem como poderá ser verificada a possibilidade de estruturação de um novo conjunto de ações a ser desenvolvido para atingimento do Nível II.

6. Custos

As ações consignadas neste Plano de Trabalho serão financiadas com recursos do Programa Interlegis, excetuando-se:

- Contratação e manutenção de pessoal da CM;
- Despesas relativas a viagens de parlamentares e funcionários da CM (diárias e passagens);
- Contratação de serviços técnicos pela CM;
- Despesas relacionadas com ações de investimento e obras eventualmente necessárias ao desenvolvimento do PML na Câmara Municipal.

7. Disposição Geral

O presente Plano de Trabalho é parte integrante do Termo de Convênio celebrado entre o Interlegis e a Câmara Municipal de ITAPECURU MIRIM - MA, que permitirá que os compromissos, ações, prazos e custos acordados viabilizem as condições para o recebimento de sistemas, aplicativos, assessorias e capacitações para a implantação do Projeto de Modernização Legislativa.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis - SINTER





ANEXO II

RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DESTINADOS À CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM - MA

ANEXO II – RELAÇÃO/DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS INTERLEGIS

1. PORTAL MODELO

O Portal Modelo é um produto gerenciador de conteúdo na internet, moldado em sua estrutura para o atendimento às inúmeras funcionalidades das Casas Legislativas e orientado para a publicação na web de informações relevantes sobre a sua atuação legislativa e administrativa, de interesse público. Além disso, possibilita a criação de diversos canais de comunicação com a sociedade, seja por meio da distribuição de boletins eletrônicos – diretamente aos cidadãos via e-mails, serviço de Ouvidoria, fale conosco e canais RSS (*Really Simple Syndication*) ou *Feeds*, que são agregadores de conteúdo como notícias e outros. Para tanto, o Portal Modelo faz uso de um conjunto de tecnologias que o viabilizam e dão suporte às facilidades de customização de interfaces de apresentação, de navegação e uso pelos gestores de conteúdo e usuários finais, que são os cidadãos em geral.

2. SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO (SAPL)

O Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) tem como finalidade apoiar as Casas Legislativas nas suas atividades relacionadas ao processo legislativo em geral, como: elaboração de proposições, protocolo e tramitação das matérias legislativas, organização das sessões plenárias, manutenção atualizada da base de leis, entre outras; também, mantém e disponibiliza consultas às informações sobre Mesa Diretora, Comissões, Parlamentares, Ordem do Dia, Sessão Plenária, Proposições, Matérias Legislativas e Normas Jurídicas. Assim, com a informatização, facilita as atividades dos parlamentares - internamente na Casa e, ao mesmo tempo, permite aos cidadãos acompanharem, via internet, todo o andamento dos Processos Legislativos e acesso à Legislação existente.

As proposições nele digitadas são armazenadas segundo o padrão XML (*Extensible Markup Language*); permite o envio e o registro de protocolo das proposições junto à administração legislativa gerando comprovante de entrega; Após deliberação, votação e encaminhamento para o executivo para sanção ou veto e publicação, a matéria retorna ao sistema, na forma de lei, onde passa a fazer parte da base de Leis Municipais. Aceita *upload* de Normas Jurídicas em qualquer um dos padrões: *pdf, odt, doc, txt, HTML, XML, e outros*. Pode ser integrado ao Portal Modelo, permitindo o acesso às suas funções e às informações que armazena, já que a sua interface se dá através de navegador *web* padrão.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial do Interlegis – SINTER
Serviço de Contratos e Convênios – SCCO
Via N2 Anexo E do Senado Federal – Brasília DF Fone: 3303 2599



Of. Nº 004-2011 /SCCO/SSADM/SINTER

Brasília, 22 de agosto de 2011.

Excelentíssima Senhora
Vereadora SEBASTIANA COSTA CARDOSO
Presidente da Câmara Municipal de ITAPECURU MIRIM - MA.



Assunto: **Convênio**

Senhora Presidente,

1. Tenho a honra de encaminhar uma via do Convênio celebrado entre o INTERLEGIS e esta Câmara, bem como cópia da Publicação do Extrato de Convênio no Diário Oficial da União.

Respeitosamente,

Haroldo Feitosa Tajra
Diretor da Secretaria Especial do Interlegis – SINTER

Poder Legislativo

**CÂMARA DOS DEPUTADOS
1ª SECRETARIA**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº: 011721/11. OBJETO: Renovação de assinatura de periódico. VALOR TOTAL: R\$ 11.764,00. INTERESSADO: Centro de Documentação e Informação. FAVORECIDO: Editora Revista com Tribuna LTDA. FUNDAMENTO LEGAL: Cap. do art. 23 da Lei nº 8.666/1993, compreendido no cap. do art. 21 do Regulamento dos Procedimentos Licitação da Câmara dos Deputados. AUTORIZAÇÃO: Rogério Ventura Teixeira, Diretor-Geral. RATIFICAÇÃO: Deputado Eduardo Gomes, 1ª Secretário.

**DIRETORIA-GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SECRETARIA EXECUTIVA DA COMISSÃO
PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2011**

OBJETO: Aquisição de materiais hidráulicos (meca e acessórios) assistência e de instalação de gás, elétrica e internet.
DATA DA ABERTURA: 23/08/2011, às 9h30.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2011

OBJETO: Aquisição de materiais hidráulicos para guarda de fumaça, BOM DVTICAM, Escalador-Sistema a jato tipo AZ. DATA DA ABERTURA: 24/08/2011, às 10h.
EDITAIS: Cópia deste edital poderá ser obtida na Secretaria da Câmara, no 1º andar do Edifício Anexo I - Anexo 1216-4911 e 1216-4921, local onde também serão prestados esclarecimentos sobre a licitação, bem como no endereço eletrônico: www.camara.gov.br.

**JOSÉ MARINICHEN FELIPE
Presidente do TPI**

**SENADO FEDERAL
1ª SECRETARIA**

EXTRATO DE CONVÊNIO

ESPECIE: Convênio nº: SA - 161/2011 - INTERLEIGIS, celebrado entre a Secretaria Especial do Interior e o Senado Federal. Objeto: Execução do Programa Interligação II e a Câmara Municipal de Itá. PÉLOU MIRIM - MA; OBJETO: Escalador e regular a paralisção da Casa Legislativa no Programa Interligação II. MOCIDADE: No termos do disposto no art. 42, § 1º da Lei nº 8.666/93, bem como suas alterações; DATA DE ASSINATURA: 19/08/2011; VIGÊNCIA, em conformidade com o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93; SIGNATÁRIOS: Pelo Senado Federal - SENFEI - Excmo. Sr. Senador Carlos Luzena - Primeiro Secretário, Pelo Conselho Nacional de Secretários SUBSISTEMA COSTA CARDESI, Presidente da Câmara Municipal de ItáPELOU MIRIM - MA.

DIRETORIA GERAL

EXTRATO DE ADESÃO

Epígrafe: Termo de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 04/2011, de 18/08/2011, em decorrência do Pregão Eletrônico nº 065/2010ACTA 00/2010. Empresa Adesante: MDI - SUPLENIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. Processo: 015386/11-9. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 7.531/2010, Decreto nº 5.450/2005, Decreto nº 6.204/2007, Ata de Comissão Diretora do Senado Federal nº 00/2011. Objeto: Aquisição de materiais de informática. Valor Global: R\$6.393,00. Programa de Trabalho: 0126091-4669001. Natureza de Despesa: 134910. Nota de Empenho nº 2011ND00263, emitida em 05/08/2011. Signatário: Doris Maria Rosário Pinheiro, Diretora-Geral do Senado Federal.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Epígrafe: 1º Termo Aditivo ao Contrato CT10666694, celebrado com a empresa PANAVÍDEO TECNOLOGIA ELETRÔNICA LTDA. Processo: 01422005-0. Objeto: Prorrogação do contrato nº 14 de agosto de 2012. Programa de Trabalho: 003105514061000. Natureza de Despesa: 339031. Nota de Empenho nº 2011ND00299, emitida em 10/08/2011. Signatário: Doris Maria Rosário Pinheiro, Diretora-Geral, pelo Conselho Nacional de Secretários.

Epígrafe: 1º Termo Aditivo ao Contrato UT20106124, celebrado com a ASSOCIAÇÃO DE IMBIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DO DISTRITO FEDERAL - APAFDF. Processo: 01357608-0. Objeto: Retirar o valor original do contrato em 26,7333%, acrescentado para R\$202.445,12, a partir de 08/12/2010. Programa de Trabalho: 0103105514061000. Natureza de Despesa: 334012. Nota de Empenho nº 2011ND00298, emitida em 10/08/2011. Signatário: Doris Maria Rosário Pinheiro, Diretora-Geral, pelo Conselho Nacional de Secretários.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.mg.gov.br/asm/asm/asm/>, pelo código 0052011082200117

Epígrafe: 1º Termo Aditivo ao Contrato UT20080027, celebrado com a empresa TRUVE ACCESS CONSULTING S/A. Processo: 000885-07-0. Objeto: Prorrogação do contrato nº 10 de agosto de 2012. Programa de Trabalho: 0126091-4669001. Natureza de Despesa: 339031. Nota de Empenho nº 2011ND00295, emitida em 10/08/2011. Signatário: Doris Maria Rosário Pinheiro, Diretora-Geral, pelo Conselho Nacional de Secretários.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DE CONTRATAÇÕES
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
E CONTROLE DE CONTRATAÇÕES**

RETIFICAÇÃO

No DOU de 18/08/2011, página 146, Seção 3, Extração de Contrato nº CT2010076, celebrado com a empresa TAUROS BLENDAINS LTDA., onde se lê: Natureza de Despesa: 339032, ler-se: Natureza de Despesa: 449032.

Poder Judiciário

**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
SECRETARIA**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

No processo nº: 136452011. Objeto: contratação de serviços de fornecimento de água e de energia de acordo com o novo modo de TSE. Empresa: Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB. Fundamento Legal: Artigo 25, caput, da Lei nº 8666/93. Valor: R\$ 3.750.000,00 (três milhões e setecentos e cinquenta mil reais). Reconhecimento de Inexigibilidade: em 18/08/2011, por Antônio Vidal Costa, Secretário de Administração. Realização: em 18/08/2011, por Patrícia Maria Landi da Silva Bastos, Diretora-Geral.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Epígrafe: 1º Termo Aditivo ao Contrato TSE nº 3112008. Contrato entre o Tribunal Superior Eleitoral e a empresa T&M Marketing e Comunicação Ltda-EPP. OBJETO: Inclusão valor estimado de R\$ 35.132,91 para pagamento de despesas de honorários suplementares de profissional autônomo. VALOR: R\$ 3.679.525,37. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 6º, I, IV, da Lei nº 8.666/93. ASSINATURA: 17/08/2011. ASSINAM: Patrícia Maria Landi da Silva Bastos, Diretora-Geral, pelo TSE, e Rodrigo Gonzalo Lora, Senex, pelo Contratado. PA nº 17.794/2007.

**SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
E FINANCEIRA**

EXTRATOS DE NOTAS DE EMPENHO

Epígrafe: Nota de Empenho, contratada, através valor, P.A.: 011ND00158, Roteiro Artigo de Papeteria Ltda EPP, item 4 e 11 da Ata de Registro de Preços (ARP) nº 862010-TSE, R\$ 825,00, 16,517210; 2011ND00160, T&M Papeteria Materiais de Escritório e Informática Ltda, item 12 a 14 da ARP nº 862010-TSE, R\$ 1.046,50, 16,5212010; 2011ND00166, Jarda Comercial de Alimentos Ltda ME, item 1 e 2 da ARP nº 212010, R\$ 14.485,00, 19,1172010; 2011ND00169, Góssia e Edilson Pires do Rio Ltda ME, item 1, 2, 6 a 11 da ARP nº 662010, R\$ 4.374,90, 02,5872010. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93.

Epígrafe: Nota de Empenho Global nº 2011ND00156, emitida em 18/08/2011, FAVORECIDO: União Banco Bragg. OBJETO: Aquisição de materiais de papel. VALOR: R\$ 9.382,28. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8666/93. PA: 14.833/2010.

Epígrafe: Nota de Empenho Global nº 2011ND00155, emitida em 18/08/2011, FAVORECIDO: Unifac Química Ltda. OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza. VALOR: R\$ 26.976,35. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8666/93. PA: 14.833/2010.

Epígrafe: Nota de Empenho Global nº 2011ND00156, emitida em 18/08/2011, FAVORECIDO: Consórcio Alvorado de Produtos por Limpeza e Descontaminação Ltda. OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza. VALOR: R\$ 12.567,35. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8666/93. PA: 14.833/2010.

Epígrafe: Nota de Empenho Global nº 2011ND00157, emitida em 18/08/2011, FAVORECIDO: Grupo Distribuidora de Embalagens Ltda - ME. OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza. VALOR: R\$ 7.570,90. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8666/93. PA: 14.833/2010.

Epígrafe: Nota de Empenho Global nº 2011ND00161, emitida em 18/08/2011, FAVORECIDO: Máscara Congresso Serviços Importação e Exportação Ltda. OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza. VALOR: R\$ 92.700,00. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8666/93. PA: 14.833/2010.

**CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
SECRETARIA-GERAL**

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 20/01

PARTICIPANTES: Supremo Tribunal Federal e o Conselho da Justiça Federal. Objeto: Estabelecer parceria entre o CJF e a STJ na divulgação dos atos institucionais por intermédio da TV JUSTIÇA. Data de assinatura: 18/08/2011. Vigência: 01 (um) mês a partir da data de assinatura. Signatários: ALCEDES DINIZ DA SILVA - Diretor-Geral do Supremo Tribunal Federal e EVA MARIA FERREIRA BARROS - Secretária-Geral do Conselho da Justiça Federal.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 56/2011**

O Tribunal Superior do Trabalho, conforme determinado no art. 30, III, 7º, do Decreto nº 5.450/2005, comunicou o resultado do Pregão Eletrônico nº 56/2011, cujo objeto, aquisição de materiais para marcas utilizadas em equipamentos fiscal do sistema de atendimento central, foi adjudicado ao grupo L empresa CBT COMERCIO DE ROÇAMENOS LTDA - EPP pelo valor total de R\$ 6.616,50.

**MARCOS FRANCA SORRUBES
Coordenador de Licitação e Contratos**

OSIDEC - 1348/2011-00001-0001-2001NE00001

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

EDITAL Nº 19, DE 19 DE AGOSTO DE 2011

O Presidente do Superior Tribunal Militar, em cumprimento à decisão judicial proferida na Ação Ordinária nº 17261-13/2011, 401.3400, em andamento no 2º Varo Federal do Setor Judiciário do Distrito Federal, torna pública e instaura do candidato sob o nome Neádia Vieira Sacchi, inscrição nº 10051378, no âmbito de candidaturas postulantes de deliberação para o cargo de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Capacidade Administrativa - Brasília/DF divulgado por meio do Edital nº 10 - STM, de 13 de abril de 2011 e, consequentemente, a realização do resultado final no concurso dos candidatos qualificados na primeira rodada como portadores de deficiência, divulgado por meio do subitem 1.61 da Edital nº 14 - STM, de 6 de maio de 2011.

1 DA INCLUSÃO NO RESULTADO FINAL NA TERCEIRA MÊDIA

1.1 Relação final dos candidatos qualificados na primeira rodada como portadores de deficiência, apenas para o cargo de Analista Judiciário, na seguinte ordem: cargo/especialidade/capacidade/localidade de vaga, número de inscrição, nome do candidato em ordem alfabética.

1.2 19 ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO - BRASÍLIA/DF

10078778, Neádia Vieira Sacchi, 55,37

2 DA RETIFICAÇÃO DO RESULTADO FINAL

1 Resultado final no concurso, após a análise de documentação para desempate, apenas para o cargo de Analista Judiciário, na seguinte ordem: cargo/especialidade/capacidade/localidade de vaga, número de inscrição, nome do candidato em ordem de classificação final no concurso, nota e conceito final no concurso.

1.3 16 ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO - BRASÍLIA/DF

1.4 161 Resultado final no concurso dos candidatos sob o nome Neádia Vieira Sacchi, em ordem de classificação final no concurso.

10078778, Neádia Vieira Sacchi, 55,37. 1.

1.5

ALVARO LUIZ PINHO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SEPROT/DOERAD
AUTUADO COM 11 FL.
ASS. Rbm
Matrícula _____